



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 831/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10796/2015.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itacoatiara – SAAE.

4- Exercício: 2014.

5- Responsável: Sr. Adalberto Rosseth Cavalcante, Diretor-Presidente do SAAE de Itacoatiara.

6- Unidade Técnica: DICAMI - Informação Conclusiva nº 58/20115 (fls. 487/511).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2143/2015-MP-CASA, do Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas (fls. 512/513)

8- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas. Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itacoatiara – SAAE. Exercício 2014.

Contas Regulares com ressalvas. Multa. Prazo. Quitação. Determinação à SEPLENO.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Regulares com ressalvas as Contas Anuais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE de Itacoatiara, exercício de 2014, sob responsabilidade do Senhor Adalberto Rosseth Cavalcante, Diretor Presidente e ordenador de despesas do órgão à época, nos termos do artigo 1º, inciso II e artigo 22, inciso II, ambos da Lei nº 2.423/1996 - LOTCE, c/c os artigos 5º, inciso II e 188, §1º, inciso II, da Resolução nº 04/2002-RITCE, considerando as ocorrências das restrições constantes nesta instrução;

9.2- Aplicar multa ao Senhor Adalberto Rosseth Cavalcante, Diretor – Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Itacoatiara e Ordenador de Despesas, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), nos termos do artigo 53, parágrafo único, da Lei nº 2.423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 308, *caput*, da Resolução TCE nº 04/2002 – RITCE, referente às impropriedades formais presentes nos itens 6.1 e 7.1 do Relatório/Voto;

9.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias (artigo 174 do Regimento Interno), para que o Senhor Adalberto Rosseth Cavalcante, Diretor – Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Itacoatiara e Ordenador de Despesas, à época, recolha aos cofres da Fazenda Estadual o valor da multa ora aplicada, com a devida comprovação nos autos, o qual deverá ser atualizado monetariamente, na hipótese de expirar o prazo concedido (artigo 55, da Lei n. 2423/1996 - LOTCE), ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas nas Subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n. 4/2002 – RITCE;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 831/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

9.4- Dar quitação ao Senhor Adalberto Rosseth Cavalcante, Diretor – Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Itacoatiara e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 76, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE;

9.5- Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que:

9.5.1- Notifique o Senhor Adalberto Rosseth Cavalcante, Diretor – Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Itacoatiara e Ordenador de Despesas, à época, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresente o devido recurso;

9.5.2- Após a ocorrência da coisa julgada administrativa, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

10- Ata: 38ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 14 de outubro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

JOSUÉ CLAUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Relatora

EVANILDO SANTANA BRAGANÇA

Procurador-Geral, em substituição